



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

PORTARIA - 6721270

O DR. VICTOR CURADO SILVA PEREIRA, MM. JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BALSAS/MA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Tornar público o gabarito oficial das questões subjetivas do Processo Seletivo de Estágio de Direito 2018.

II – Tornar público o caderno de Avaliação referente ao Processo Seletivo de Estágio de Direito 2018.

Publique-se.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Curado Silva Pereira, Juiz Federal Diretor da Subseção Judiciária**, em 29/08/2018, às 17:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **6721270** e o código CRC **D22266B1**.



GABARITO OFICIAL DAS QUESTÕES SUBJETIVAS DO PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO DE DIREITO 2018

1.	A
2.	A
3.	B
4.	A
5.	B
6.	B
7.	B
8.	D
9.	A
10.	B
11.	C
12.	A
13.	C
14.	A
15.	C
16.	A
17.	A
18.	D
19.	C
20.	B
21.	C
22.	A
23.	A
24.	B
25.	B



PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO DE DIREITO 2018

CADERNO DE AVALIAÇÃO

NOME: XOXOXOXOXO XOXOXOXO XOXOXOXOX

INSCRIÇÃO:

0

IDENTIDADE:

XOXOXOXOXOX

Assinatura conforme identidade

INSTRUÇÕES PARA O CANDIDATO:

- Verifique o seu nome, curso e os demais dados impressos neste CADERNO DE AVALIAÇÃO. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala.
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação e à transcrição dos textos para o caderno definitivo.
- Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada. O CADERNO DE AVALIAÇÃO é o único documento que será utilizado para a correção de sua prova.
- Não amasse, não dobre nem rasure o seu CADERNO. As anotações só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e/ou borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste CADERNO DE AVALIAÇÃO por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do CADERNO DE AVALIAÇÃO.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AVALIAÇÃO OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- Confira atentamente se seus dados pessoais estão corretos e coincidem com a sua folha de respostas. Em seguida, verifique se o caderno de provas contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva.
- O caderno da Prova Objetiva deve conter 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, cada uma valendo 0,2 pontos, totalizando 05 (cinco) pontos.
- Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- Após a conferência do seu nome na folha de respostas, você deverá assiná-la no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- Não será permitido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógio digital, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, computador portátil, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, bem como



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BALSAS/MA

qualquer tipo de consulta a textos, apontamentos ou a qualquer outro material, e os candidatos não poderão conversar, nem manter contato de qualquer espécie, sendo o candidato imediatamente desclassificado se vier a infringir a referida vedação.

- Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de óculos escuros, bonés, chapéus e similares.
- Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- Não se levante sem autorização de um fiscal.
- A duração total da prova será de 3 (três) horas, com início previsto para as 9:00h e término para as 12:00h.
- Nesse período, está incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
- Por motivo de segurança, os candidatos somente poderão deixar o local de provas depois de decorrida 1 (uma) hora do início.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal mais próximo, devolva-lhe a folha de respostas e deixe o local de provas.
- A Subseção Judiciária de Balsas irá divulgar o gabarito do Processo Seletivo exclusivamente no link: <http://portal.trf1.jus.br/sjma/concursos/estagios/estagios.htm>.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital poderá implicar a anulação de suas provas.

QUESTÕES

1) Sobre a cláusula de reserva de plenário aplicável para a garantia da supremacia da Constituição, é correto afirmar:

- Trata-se da observância do voto da maioria absoluta dos Tribunais ou dos membros do respectivo órgão especial, para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público.
- Trata-se do quórum mínimo da maioria absoluta para a instalação de sessões ordinárias em cada uma das casas do Congresso Nacional.
- A cláusula de reserva de plenário é de observância obrigatória para a declaração tanto da inconstitucionalidade quanto da constitucionalidade pelos Tribunais.
- Como manifestação da supremacia da Constituição, ela não se aplica no Controle Difuso e Concreto, porque é lícito a qualquer juiz a declaração incidental de inconstitucionalidade no Brasil.

2) Conceder-se-á habeas data:

- Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- Para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania e acesso a dados sigilosos.

3) Segundo o professor José Afonso da Silva, algumas normas constitucionais “o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos à determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos de conceitos gerais nelas enunciados”. Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade, marque a alternativa que corresponda ao conceito transcrito acima:

- Programática.
- De eficácia contida.
- De eficácia limitada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BALSAS/MA

d) De eficácia plena e aplicabilidade imediata.

4) Sobre a prática de racismo, dispõe a Constituição Federal:

- a) constitui crime inafiançável, imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
- b) constitui crime inafiançável com prazo prescricional de dez anos, sujeito à pena de detenção.
- c) constitui crime afiançável com prazo prescricional de vinte anos, sujeito à pena de reclusão.
- d) constitui crime imprescritível, mas afiançável mediante condições prevista no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.

5) Considere:

- I. Supremo Tribunal Federal.
- II. Conselho Nacional de Justiça.
- III. Tribunais Militares.
- IV. Tribunais de Contas.

Nos termos da Constituição Federal, são órgãos do Poder Judiciário o constante em

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, apenas.

6) “A Administração Pública pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Assinale a alternativa CORRETA que indica o princípio da Administração Pública consagrado no texto acima.

- a) supremacia do interesse público.
- b) autotutela.
- c) continuidade dos serviços públicos.
- d) proporcionalidade.

7) Sociedade de economia mista prestadora de serviço público precisa contratar 100 (cem) servidores para reforçar equipe de fiscalização de campo, a fim de se desincumbir de obrigações contratuais assumidas regularmente. Para tanto,

- a) poderá promover a contratação direta de servidores públicos, desde que sob regime celetista, para ocuparem emprego público.
- b) deverá submeter-se a obrigatoriedade do concurso público para a contratação de seus empregados.
- c) poderá promover a contratação para provimento de cargos em comissão, tendo em vista que não se submete a regime jurídico de direito público, prescindindo da realização de concurso público.
- d) deverá realizar concurso público para a contratação de seus servidores, que se submetem a regime estatutário, embora o ente possua natureza jurídica de direito privado.

8) Assinale a opção correta:

- a) Centralização é a técnica de cumprimento de competências administrativas por uma única pessoa jurídica governamental. É o que ocorre, por exemplo, com as atribuições exercidas indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de autarquias e fundações públicas.
- b) Na descentralização, as competências administrativas são exercidas diretamente pelos entes federados.
- c) A descentralização pode ser territorial, material ou hierárquica.
- d) Concentração é a técnica de cumprimento de competências administrativas por meio de órgãos públicos despersonalizados e sem divisões internas. Difere tal técnica da desconcentração, na qual as atribuições são repartidas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica, mantendo a vinculação hierárquica.

9) Assinale a opção INCORRETA:

- a) É possível afirmar que o Brasil adota, como regra, o modelo do contencioso administrativo.
- b) No que pertine ao controle da administração, é possível dizer que o Brasil adota o modelo inglês da jurisdição una.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BALSAS/MA

- c) Desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o Estado transforma compulsoriamente bem de terceiro em propriedade pública, pagando indenização prévia, justa e em dinheiro.
d) O termo “Fazenda Pública” é normalmente utilizado para designar o estado em juízo.

10) No que tange ao conceito de crime, nos termos do Código Penal brasileiro, é CORRETO afirmar:

- a) A tentativa é punida mesmo quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime.
b) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
c) Considera-se crime tentado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde nas mesmas penas aplicáveis ao crime consumado.

11) São causas extintivas da punibilidade exceto:

- a) morte do agente; anistia, graça ou indulto.
b) retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
c) o perdão judicial, concedido a critério da autoridade judicial ou, o perdão, ainda que não aceito, nos crimes de ação privada nos casos previstos em lei.
d) a prescrição, decadência e preempção.

12) João, funcionário público federal, com o objetivo de obter vantagem patrimonial ilícita para si, utilizou moeda grosseiramente falsificada para efetuar pagamento de compras em um supermercado. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correspondente à figura típica e a justiça competente para julgamento.

- a) estelionato, de competência da justiça Estadual.
b) moeda falsa, de competência da justiça Federal.
c) crime assimilado ao de moeda falsa, de competência da justiça Estadual.
d) fraude no comércio, de competência da justiça federal.

13) Em relação às espécies de ações penais, marque a alternativa CORRETA.

- a) A ação pública incondicionada exige a interferência do ofendido, de seu representante legal ou da requisição do Ministro da Justiça que deverão manifestar sua vontade para ser proposta.
b) A ação penal pública incondicionada é promovida pelo juiz ou pelo Ministério Público.
c) A ação penal pública condicionada é aquela que, embora continue sendo do Ministério Público a iniciativa para sua propositura, está condicionada à representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça.
d) O particular e o Ministério Público têm legitimidade para propositura da ação penal privada propriamente dita, uma vez que toda ação é pública.

14) A necessidade de assegurar que as partes gozem das mesmas oportunidades e faculdades processuais consiste o conteúdo do princípio processual.

- a) da paridade de armas.
b) do contraditório.
c) da ampla defesa.
d) da identidade física do juiz.

15) Assinale a alternativa correta:

- a) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras tiver notícia.
b) Em não havendo ação penal, o arquivamento do inquérito policial é ato complexo que envolve ato do delegado e do promotor, não sendo necessária decisão judicial de arquivamento.
c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, “já documentados” em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BALSAS/MA

d) Sendo o inquérito policial destinado a embasar a *opinio delicti* do titular da ação penal, não pode o juiz discordar de pedido de arquivamento formulado por promotor.

16) “A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior”. (§1º do art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

O dispositivo em destaque remete ao critério de solução de antinomias jurídicas denominado:

- a) critério cronológico.
- b) critério da especialidade.
- c) critério ontológico.
- d) critério hierárquico.

17) O menor de dezesseis anos:

- a) possui personalidade e tem resguardados todos os direitos inerentes a ela, mas é absolutamente incapaz para os atos da vida civil.
- b) possui personalidade, mas os direitos inerentes a ela, bem como os atos da vida civil, poderão ser exercidos pessoalmente apenas aos dezesseis anos completos, quando é adquirida capacidade plena.
- c) possui personalidade, mas os direitos inerentes a ela, bem como os atos da vida civil, poderão ser exercidos, sob representação, apenas aos dezesseis anos completos, quando é adquirida capacidade relativa.
- d) possui personalidade e tem resguardados todos os direitos inerentes a ela, mas é relativamente incapaz para os atos da vida civil.

18) Uma pintura de Pablo Picasso e uma piscina que adorna uma casa de veraneio são considerados, pelo Código Civil, respectivamente um bem:

- a) fungível e indivisível, no caso da pintura, e uma benfeitoria voluptuária, no caso da piscina.
- b) fungível e indivisível, no caso da pintura, e uma benfeitoria útil, no caso da piscina.
- c) infungível e indivisível, no caso da pintura, e uma benfeitoria útil, no caso da piscina.
- d) infungível e indivisível, no caso da pintura, e uma benfeitoria voluptuária, no caso da piscina.

19) Tício vendeu um imóvel para Mévio pela quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). No entanto, com o fim de lesar terceiros, ambos decidiram em declarar, inveridicamente, que a venda se deu pelo valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Nesse caso, é

- a) anulável a estipulação simulada e nulo o negócio dissimulado.
- b) nulos a estipulação simulada e o negócio dissimulado.
- c) nula a estipulação simulada, mas subsiste o negócio dissimulado, se válido na substância e na forma.
- d) inexistente a estipulação simulada e anulável o negócio dissimulado.

20) Tendo em conta o Código de Processo Civil, assinale a opção correta:

- a) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- b) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
- c) Em nenhuma hipótese é lícito à parte postular em causa própria.
- d) Intimação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.

21) Tendo em conta o Código de Processo Civil, assinale a opção correta:

- a) Para concessão de tutela da evidência há que se demonstrar o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- b) A tutela da evidência por ser concedida em caráter antecedente.
- c) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- d) A tutela de urgência não pode ser concedida liminarmente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BALSAS/MA

22) Tendo em conta o Código de Processo Civil, assinale a opção INCORRETA:

- a) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excetuada, via de regra, a atividade satisfativa.
- b) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.
- c) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- d) É permitida a arbitragem, na forma da lei.

23) No que se refere aos tributos, marque a alternativa correta, observando o disposto no Código Tributário Nacional:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) Contribuição de melhoria é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- c) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o custeio de obra pública, que enseja valorização imobiliária.
- d) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

24) Leia: “ Não se pode cobrar tributo relativo a situações ocorridas antes do início da vigência da lei que as tenha definido, ou seja, a lei sempre se aplicará a fatos geradores ocorridos após o início da sua vigência”. Estamos falando de qual princípio tributário?

- a) Princípio da Igualdade ou Isonomia Tributária.
- b) Princípio da Irretroatividade.
- c) Princípio da Anterioridade.
- d) Princípio da Capacidade Contributiva.

25) A respeito do lançamento, considere (adaptada):

- I. Lançamento feito quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa no que concerne à sua determinação.
 - II. Lançamento feito por iniciativa da autoridade administrativa, independentemente de qualquer colaboração do sujeito passivo.
 - III. Lançamento feito em face de declaração fornecida pelo sujeito passivo ou por terceiro, quando um ou outro presta à autoridade administrativa informações quanto à matéria de fato indispensável à sua efetivação.
- As situações indicadas acima são hipóteses, respectivamente, de lançamento
- a) por homologação, por declaração e de ofício.
 - b) por homologação, de ofício e por declaração.
 - c) por declaração, de ofício e por homologação.
 - d) de ofício, por homologação e por declaração.



AVALIAÇÃO DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO:

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do CADERNO DEFINITIVO, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de textos escritos em locais indevidos**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto que ultrapassar o espaço delimitado será desconsiderado. Também será desconsiderado qualquer texto escrito a lápis ou grafite.
- No CADERNO DEFINITIVO, identifique-se apenas na primeira página, pois não será avaliado o texto que apresentar qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- A Avaliação Discursiva está dividida em 02 (duas) questões, valendo **2,5 pontos** cada.

QUESTÃO 1

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

O IBAMA, em operação de fiscalização realizada no Município de São Raimundo das Mangabeiras, verificou o desmatamento de 500 hectares de mata nativa, na Fazenda “Desmata sem Ver”, sem a concessão da devida licença para desmatamento. Em razão disso, o fiscal Afrânio lavrou em desfavor do proprietário auto de infração, imputando-lhe multa no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e termo de embargo da área. Após a tramitação do procedimento administrativo, a defesa manejada pelo proprietário da terra, o senhor Francisco, foi rejeitada. Insatisfeito com a penalidade a ele imputada, Francisco propôs ação na Justiça Federal da Subseção Judiciária de Balsas para impugnar o referido ato administrativo (multa ambiental e termo de embargo). Na inicial, o requerente alega ilegalidade na aplicação da referida multa, sob o fundamento de que o IBAMA teria incorrido em erro administrativo na delimitação e medição da área desmatada. Afirma que a área real do desmatamento seria de 350 hectares e que, da área desmatada, apenas 100 hectares estariam dentro de sua propriedade, sendo o restante localizado na propriedade vizinha. Em razão do erro de medição, impugnou também o termo de embargos sobre a área.

Após análise deste caso e considerando a natureza de ato administrativo da multa ambiental aplicada, responda:

- 1) Elenque os requisitos do ato administrativo, segundo doutrina majoritária.
- 2) Elenque e explique quais os atributos do ato administrativo.
- 3) Considerando os atributos do ato administrativo, sobre quem recairia o ônus da prova sobre a ocorrência ou não do erro na delimitação e medição da área desmatada? Justifique.
- 4) No caso em tela, seria adequado o ajuizamento de mandado de segurança para impugnar a referida multa ambiental, utilizando a fundamentação feita por Francisco? Justifique.



RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



QUESTÃO 2

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Plácido, Diretor do Núcleo de Informática da Agência do INSS de Balsas, constatou o desaparecimento de dois computadores do almoxarifado da referida agência, os quais seriam destinados ao uso nos guichês de atendimento. Após procedimento de sindicância, o Diretor não conseguiu identificar o suposto responsável pelo desaparecimento dos computadores. Em razão disso, procurou o Delegado de Polícia Federal, o senhor Tício, relatando os fatos ocorridos.

O Delegado Tício instaurou inquérito para apurar os citados fatos e, após não obter provas para identificar o autor do fato delituoso, procedeu, por conta própria e sem autorização judicial, a interceptação telefônica de todos os servidores da citada agência.

Durante as referidas interceptações, o Delegado obteve conversa entre o servidor Mévio, do INSS de Balsas, com o empresário Bino. No citado diálogo, Mévio conta a Bino que possui dois computadores subtraídos da agência do INSS e perguntou a este se tinha interesse em adquirir os citados bens. Na ocasião, combinaram de se encontrar em algum lugar e acertarem os detalhes do negócio.

Após tomar conhecimento do referido diálogo, o Delegado Tício intimou o empresário Bino a comparecer à Delegacia de Polícia para prestar depoimento, ocasião em que Bino afirmou não ter ainda adquirido os citados computadores e relatou que eles estariam escondidos na casa da namorada do servidor Mévio, a senhora Dulcinéia. Em razão do depoimento, o Delegado Tício representou ao Juízo da Vara Federal, requerendo a realização de busca e apreensão na casa da namorada de Mévio. Na representação, juntou documentos comprobatórios da subtração do bem e também depoimento da referida testemunha (empresário Bino), porém não fez qualquer referência à interceptação. A representação foi acolhida pelo juízo da Vara Federal, expedindo-se mandado de busca e apreensão na residência de Dulcinéia.

Durante a diligência, foram encontrados os dois computadores e ainda Mévio foi flagrado na posse de um terceiro computador, recém subtraído da Agência do INSS. Neste momento, o Delegado de Polícia lhe deu voz de prisão em flagrante.

Após análise do caso acima, responda:

- 1) Segundo disposto na Constituição Federal, a interceptação telefônica realizada pelo Delegado de Polícia pode ser considerada prova válida? Justifique, correlacionando ao princípio do devido processo legal e da proteção à intimidade.
- 2) A busca e apreensão realizada na casa da namorada de Mévio, fundada em mandado de busca e apreensão, deve ser considerada prova válida? Qual a teoria utilizada pela doutrina para a solução do caso? Indique o seu conceito e consequências processuais.



RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO DE DIREITO 2018

CADERNO DEFINITIVO

NOME: XOXOXOXO XOXOXOXO XOXOXOXO

INSCRIÇÃO:

0

IDENTIDADE:

XOXOXOXO

Assinatura conforme identidade

INSTRUÇÕES PARA O CANDIDATO:

- Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- ESTE CADERNO é o único documento que será utilizado para a correção de sua prova.
- Não amasse, não dobre nem rasure o seu CADERNO DEFINITIVO. As anotações só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e/ou borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste CADERNO por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do CADERNO DEFINITIVO.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AVALIAÇÃO OBJETIVA

QUESTÃO/RESPOSTA				
1	(A)	(B)	(C)	(D)
2	(A)	(B)	(C)	(D)
3	(A)	(B)	(C)	(D)
4	(A)	(B)	(C)	(D)
5	(A)	(B)	(C)	(D)
6	(A)	(B)	(C)	(D)
7	(A)	(B)	(C)	(D)
8	(A)	(B)	(C)	(D)
9	(A)	(B)	(C)	(D)
10	(A)	(B)	(C)	(D)
11	(A)	(B)	(C)	(D)
12	(A)	(B)	(C)	(D)
13	(A)	(B)	(C)	(D)

QUESTÃO/RESPOSTA				
14	(A)	(B)	(C)	(D)
15	(A)	(B)	(C)	(D)
16	(A)	(B)	(C)	(D)
17	(A)	(B)	(C)	(D)
18	(A)	(B)	(C)	(D)
19	(A)	(B)	(C)	(D)
20	(A)	(B)	(C)	(D)
21	(A)	(B)	(C)	(D)
22	(A)	(B)	(C)	(D)
23	(A)	(B)	(C)	(D)
24	(A)	(B)	(C)	(D)
25	(A)	(B)	(C)	(D)

As marcações das respostas descritas abaixo, relativas às questões X, Y e Z, deverão ser feitas conforme a ilustração.

QUESTÃO / RESPOSTA				
X	●	(B)	(C)	(D)
Y	(A)	●	(C)	(D)
Z	(A)	(B)	●	(D)

← resposta à questão X = A

← resposta à questão Y = B

← resposta à questão Z = C



Preencha os **círculos** completamente e com nitidez, utilizando caneta esferográfica de **tinta preta**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BALSAS/MA

QUESTÃO 1

AVALIAÇÃO DISCURSIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BALSAS/MA

QUESTÃO 2

AVALIAÇÃO DISCURSIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	